

2021

Relatório e Conta de Gerência



APAV[®]

associação portuguesa de
Apoio à Vítima

Balanço 2021

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Balanço em 31 de Dezembro 2021 e 2020

Euros

Rúbricas	Notas	2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	651.712,39	698.654,52
Investimentos financeiros	16	17.867,95	11.679,45
		669.580,34	710.333,97
Activo corrente			
Créditos a receber		4.986,70	7.189,70
Estado e outros entes públicos	14	5.171,97	10.904,16
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros	7	270.385,95	436.726,48
Diferimentos	15	18.520,34	4.503,44
Outros activos correntes	8/11	2.337.921,48	2.838.453,90
Caixa e depósitos bancários	9	2.691.788,19	2.685.308,72
		5.328.774,63	5.983.086,40
TOTAL DO ACTIVO		5.998.354,97	6.693.420,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		2.634.874,57	2.308.428,20
Outras variações nos fundos patrimoniais		139.063,97	175.405,94
Resultado líquido do período		291.249,79	326.446,37
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		3.065.188,33	2.810.280,51
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores		7.790,49	7.631,20
Estado e outros entes públicos	14	52.706,88	47.292,26
Financiamentos obtidos	11	0,00	7.582,58
Diferimentos	15	2.028.456,61	2.918.688,75
Outras passivos correntes		844.212,66	901.945,07
TOTAL DO PASSIVO		2.933.166,64	3.883.139,86
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		5.998.354,97	6.693.420,37

Demonstração de Resultados

2021

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Demonstrações dos resultados por naturezas
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e prestações de serviços	10	5.206,93	4.000,55
Subsídios, doações e legados à exploração	7/8	3.635.182,95	3.251.643,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-66.903,99	-73.609,16
Fornecimento e serviços externos	13	-1.310.401,89	-1.161.424,41
Gastos com pessoal	12	-1.918.284,84	-1.618.778,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	11	686,00	-31.326,38
Outros rendimentos e ganhos		76.251,12	74.656,86
Outros gastos e perdas		-35.548,87	-39.101,28
RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS FINANC. E IMPOSTOS		386.187,41	406.060,53
Gastos/Reversões de depreciações e de amortizações	5	-98.221,97	-84.381,89
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANC. E IMPOSTOS)		287.965,44	321.678,64
Juros e rendimentos similares obtidos	10	3.446,76	5.411,13
Juros e gastos similares suportados		-162,41	-643,40
RESULT. ANTES DE IMPOSTOS		291.249,79	326.446,37
Impostos sobre o rendimento do período			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		291.249,79	326.446,37

**Demonstração das Alterações nos
Fundos Patrimoniais
2021**

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
Período de 2021 e 2020

Euros

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO INÍCIO DO PERÍODO 2020					2.067.413,61		116.925,95	241.014,59	2.425.354,15
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					241.014,59			-241.014,59	0,00
					241.014,59			-241.014,59	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								326.446,37	326.446,37
RESULTADO EXTENSIVO					241.014,59			85.431,78	326.446,37
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados							58.479,99		58.479,99
Outras operações									
							58.479,99		58.479,99
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020					2.308.428,20		175.405,94	326.446,37	2.810.280,51

Descrição	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO INÍCIO DO PERÍODO 2021					2.308.428,20		175.405,94	326.446,37	2.810.280,51
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					326.446,37			-326.446,37	0,00
					326.446,37			-326.446,37	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								291.249,79	291.249,79
RESULTADO EXTENSIVO					326.446,37			-35.198,58	291.249,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados							-36.341,97		-36.341,97
Outras operações									
							-36.341,97		-36.341,97
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021					2.634.874,57		139.063,97	291.249,79	3.065.188,33

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2021

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período de 2021 e 2020

Rúbrica	Notas	2021	2020
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimento de clientes e utentes		3.029,93	2.495,20
Pagamento de subsídios		-16.724,29	-17.417,35
Pagamento a fornecedores		-1.385.964,31	-1.254.688,75
Pagamento ao pessoal		-1.930.932,79	-1.562.978,78
Caixa gerada pelas operações		-3.330.591,46	-2.832.589,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		3.392.381,19	3.249.352,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		61.789,73	416.762,72
<u>Fluxos de caixa das actividades Investimento</u>			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis		-51.279,84	-158.673,69
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<i>Recebimentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			31.261,35
Juros e rendimentos similares		3.446,76	5.411,13
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de Investimento (2)		-47.833,08	-122.001,21
<u>Fluxos de caixa das actividades financiamento</u>			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Financiamentos obtidos		-7.477,18	-9.904,04
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-7.477,18	-9.904,04
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.479,47	284.857,47
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.685.308,72	2.400.451,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	2.691.788,19	2.685.308,72

Balancetes do Razão 2021

Balancete Razão (Acumulado até Regularizações) - 2021

Valores em EUR

Lançamento: 000 - Actual

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	102.818,44	76.838,23	25.980,21	0,00
12	DEPÓSITOS À ORDEM	10.893.751,24	9.104.393,26	1.789.357,98	0,00
13	Outros depósitos bancários	3.149.900,00	2.273.450,00	876.450,00	0,00
14	Outros Instrumentos financeiros	483.067,20	7.374,00	475.693,20	0,00
21	CLIENTES	25.374,64	20.387,94	4.986,70	0,00
22	Fornecedores	485.935,01	490.343,87	0,00	4.408,86
23	Pessoal	1.239.448,24	1.245.967,74	0,00	6.519,50
24	Estado e outros entes públicos	670.807,89	718.342,80	0,00	47.534,91
25	Financiamentos obtidos	7.583,37	7.582,58	0,79	0,00
26	Fundadores/patrocinadores/doadores/associaç	1.914.797,97	1.650.139,38	264.658,59	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	3.378.076,97	2.351.196,91	1.026.880,06	0,00
28	Diferimentos	1.861.713,33	3.871.649,60	0,00	2.009.936,27
31	Compras	67.014,59	67.014,59	0,00	0,00
41	Investimentos financeiros	17.867,95	0,00	17.867,95	0,00
43	Activos fixos tangíveis	1.967.438,62	1.315.726,23	651.712,39	0,00
56	Resultados transitados	13.293,63	2.648.168,20	0,00	2.634.874,57
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	36.341,97	175.405,94	0,00	139.063,97
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias	66.903,99	0,00	66.903,99	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1.314.808,67	4.406,78	1.310.401,89	0,00
63	Gastos com o pessoal	1.918.334,84	50,00	1.918.284,84	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	98.221,97	0,00	98.221,97	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	7.374,00	0,00	7.374,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	35.548,87	0,00	35.548,87	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	162,41	0,00	162,41	0,00
72	Prestações de serviços	0,00	5.206,93	0,00	5.206,93
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.383,00	3.636.565,95	0,00	3.635.182,95
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	8.060,00	0,00	8.060,00
78	Outros rendimentos e ganhos	10,00	76.261,12	0,00	76.251,12
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similar	0,00	3.446,76	0,00	3.446,76
81	Resultado líquido do período	326.446,37	326.446,37	0,00	0,00
	Soma Líquida	30.084.425,18	30.084.425,18	8.570.485,84	8.570.485,84

Balancetes Analíticos

2021

Balancete Razão (Acumulado até Apuramento) - 2021

Valores em EUR

Lançamento: 000 - Actual

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	102.818,44	76.838,23	25.980,21	0,00
12	DEPÓSITOS À ORDEM	10.893.751,24	9.104.393,26	1.789.357,98	0,00
13	Outros depósitos bancários	3.149.900,00	2.273.450,00	876.450,00	0,00
14	Outros Instrumentos financeiros	483.067,20	7.374,00	475.693,20	0,00
21	CLIENTES	25.374,64	20.387,94	4.986,70	0,00
22	Fornecedores	485.935,01	490.343,87	0,00	4.408,86
23	Pessoal	1.239.448,24	1.245.967,74	0,00	6.519,50
24	Estado e outros entes públicos	670.807,89	718.342,80	0,00	47.534,91
25	Financiamentos obtidos	7.583,37	7.582,58	0,79	0,00
26	Fundadores/patrocinadores/doadores/associaç	1.914.797,97	1.650.139,38	264.658,59	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	3.378.076,97	2.351.196,91	1.026.880,06	0,00
28	Diferimentos	1.861.713,33	3.871.649,60	0,00	2.009.936,27
31	Compras	67.014,59	67.014,59	0,00	0,00
41	Investimentos financeiros	17.867,95	0,00	17.867,95	0,00
43	Activos fixos tangíveis	1.967.438,62	1.315.726,23	651.712,39	0,00
56	Resultados transitados	13.293,63	2.648.168,20	0,00	2.634.874,57
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	36.341,97	175.405,94	0,00	139.063,97
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias	66.903,99	66.903,99	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1.314.808,67	1.314.808,67	0,00	0,00
63	Gastos com o pessoal	1.918.334,84	1.918.334,84	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	98.221,97	98.221,97	0,00	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	7.374,00	7.374,00	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	35.548,87	35.548,87	0,00	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	162,41	162,41	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	5.206,93	5.206,93	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	3.636.565,95	3.636.565,95	0,00	0,00
77	Ganhos por aumentos de justo valor	8.060,00	8.060,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	76.261,12	76.261,12	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similar	3.446,76	3.446,76	0,00	0,00
81	Resultado líquido do período	3.987.690,14	4.278.939,93	0,00	291.249,79
	Soma Líquida	37.473.816,71	37.473.816,71	5.133.587,87	5.133.587,87

**Anexo ao Balanço e à
Demonstração de Resultados
2021**

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 1 | Identificação da Entidade

1.1 | Designação da entidade

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, abreviadamente APAV

A APAV é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS), a sua constituição foi publicada em Diário da República, III Série nº 159 de 12/07/1990 e goza do estatuto de utilidade pública, conforme Diário da República III Série, nº 27 de 1/2/1991, data do seu registo definitivo.

1.2 | Sede

Rua José Estevão, 135 A, Piso 1 / 1150-201 Lisboa

1.3 | Natureza da atividade

A APAV tem como objetivo estatutário promover e contribuir para a informação, proteção e apoio aos cidadãos vítimas de infrações penais.

A APAV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, e tem como enquadramento fiscal a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do art. 10º alínea b) do CIRC, com exceção do disposto na Declaração do Ministério das Finanças, publicado em 24/03/1992.

1.4 | Outras informações

NIPC: 502547952

NOTA 2 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o NCRF-ESNL (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo), em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, com as necessárias alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A APAV reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A APAV não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2.2] Indicação e justificação das disposições do NCRF-ESNL que em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL.

NOTA 3 | Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 | Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

3.2 | Moeda de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

3.3 | Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas após o início de utilização dos bens pelo método da linha reta por duodécimos em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componente.

As taxas de depreciação utilizadas até ao exercício de 2009, inclusive, foram as constantes do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro, alterado pelos Decretos Regulamentares n.º 24/92 e n.º 16/94, e pela Lei n.º 52-C/96 do Ministério das Finanças. A partir do exercício 2010, as taxas de depreciação praticadas foram as constantes do Decreto-Lei 78/89 (PCIPSS).

Com a revogação do PCIPSS em 2011 por força da aprovação da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março a decisão da APAV foi aplicar em 2012 e para os bens adquiridos a partir de 01/01/2012 as taxas de depreciação constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, mantendo-se este método em 2021.

Existem bens do AFT que pela sua natureza não estão sujeitos a depreciação, estão neste caso as obras de arte. Nesta situação encontram-se refletidos na contabilidade da APAV, cinco quadros cujo valor total ascende a 10.600€.

Os ativos fixos tangíveis doados são reconhecidos pelo montante atribuído pelo doador ao bem doado.

3.4 | Inventários

As Matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo histórico, o qual é inferior ao custo corrente, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

3.5 | Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável. São considerados incobráveis as dívidas de clientes em mora superior a 3 anos.

3.6 | Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

3.7 | Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8 | Especialização dos períodos

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização do período, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos e em acréscimos.

3.9 | Financiamento bancário

A APAV não tem qualquer financiamento obtido em qualquer instituição bancária, utiliza apenas, na sua atividade normal, um cartão de crédito para despesas residuais que liquida na íntegra na data de pagamento contratualizado, não vencendo por este motivo qualquer encargo financeiro.

3.10 | Imposto sobre o rendimento

Só são reconhecidos quando estejam no âmbito da exceção prevista na Declaração da Autoridade Tributária que confere o direito à isenção.

3.11 | Instrumentos financeiros

A APAV a 31 de dezembro de 2021 tem 4 aplicações financeiras, que estão sujeitas a um valor de cotação. A 31 de dezembro de cada ano é apurada a perda ou ganho por justo valor que é reconhecida na demonstração de resultados. Tem ainda uma aplicação num Seguro de capitalização, cuja rentabilidade anual é contabilizada na demonstração de resultados.

3.12 | Protocolos e outros subsídios e projetos

O reconhecimento do rédito dos diversos Protocolos estabelecidos entre a APAV e o Governo, Câmaras Municipais e outras entidades é efetuado na data da contratualização, ou no início de cada período nos casos de contratos plurianuais, independentemente da data da receita.

Para os diversos projetos e outros subsídios, quando considerados subsídios à exploração, é reconhecido o rédito do período, pelo balanceamento efetuado no apuramento de gastos considerados como despesa elegível do período. Quando considerados subsídios ao investimento o valor desse investimento é reconhecido na conta de doações, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, sendo reconhecido o rédito na proporção da depreciação calculada para o período do respetivo bem.

3.13 | Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

NOTA 4| Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Não foram detetados erros relativamente ao período anterior pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

NOTA 5 | Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento nos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

AFT 2021	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	AFT em curso	TOTAIS
ACTIVO BRUTO								
Saldo inicial	55.000,00	1.043.820,24	200.217,75	124.162,22	482.358,57	10.600,00	0,00	1.916.158,78
Aquisições		6.214,05	2.736,77	3.100,00	39.229,02			51.279,84
Alienações, abates								0,00
Transferências								0,00
SALDO FINAL	55.000,00	1.050.034,29	202.954,52	127.262,22	521.587,59	10.600,00	0,00	1.967.438,62
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								
Saldo inicial		568.432,90	139.788,33	76.295,04	432.987,99			1.217.504,26
Depreciações do exercício		32.217,35	14.277,59	22.893,35	28.833,68			98.221,97
Alienações, abates								0,00
SALDO FINAL	0,00	600.650,25	154.065,92	99.188,39	461.821,67	0,00	0,00	1.315.726,23
ACTIVO LÍQUIDO	55.000,00	449.384,04	48.888,60	28.073,83	59.765,92	10.600,00	0,00	651.712,39

AFT 2020	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	AFT em curso	TOTAIS
ACTIVO BRUTO								
Saldo inicial	55.000,00	942.594,19	193.773,82	103.545,36	451.971,72	10.600,00	14.732,44	1.772.217,53
Aquisições		101.226,05	6.443,93	20.616,86	30.386,85			158.673,69
Alienações, abates								
Transferências							-14.732,44	
SALDO FINAL	55.000,00	1.043.820,24	200.217,75	124.162,22	482.358,57	10.600,00	0,00	1.916.158,78
DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS								
Saldo inicial		542.638,25	125.801,18	56.283,68	408.399,26			1.133.122,37
Depreciações do exercício		25.794,65	13.987,15	20.011,36	24.588,73			84.381,89
Alienações, abates								
SALDO FINAL	0,00	568.432,90	139.788,33	76.295,04	432.987,99	0,00	0,00	1.217.504,26
ACTIVO LÍQUIDO	55.000,00	475.387,34	60.429,42	47.867,18	49.370,58	10.600,00	0,00	698.654,52

NOTA 6| Inventários

Quantias de Inventários reconhecidas como gastos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021			2020		
	Mercadorias	Matérias-primas	Totais	Mercadorias	Matérias-primas	Totais
Inventários no início do período			0,00			0,00
Compras		66.903,99	66.903,99		73.609,16	73.609,16
Reclassificações / Regularizações			0,00			0,00
Inventários finais			0,00			0,00
CMVMC		66.903,99	66.903,99		73.609,16	73.609,16

NOTA 7| Subsídios do Governo e apoios do Governo

Acordos de cooperação de funcionamento

A APAV tem contratualizado três acordos de cooperação de funcionamento, um com o Centro Distrital da Segurança social de Lisboa que visa o financiamento da Casa Abrigo Alcipe, outro com o Centro Regional de Segurança social de Vila Real para apoio à atividade da Casa Abrigo Sophia e com o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA) que tem como finalidade o financiamento da atividade da valência APAV/Açores.

Os recebimentos destes acordos são mensais sendo reconhecido como rédito do período.

Protocolo cooperação com o Governo de Portugal

Foi celebrado a 26 de novembro de 2021 a renovação do Protocolo de Cooperação entre o Governo de Portugal (Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança social) e a APAV. Este Protocolo está em vigor para o período de 2021, 2022 e 2023.

Este Protocolo para a APAV, como organização nacional de apoio às vítimas de todos os crimes, traduz-se numa enorme importância e responsabilização, de resto expressadas nas exigentes obrigações daí decorrentes que permitirão intensificar o esforço da Associação na qualificação do modelo de gestão, de organização, de intervenção e promoção.

O rédito é reconhecido como subsídio à exploração na data de assinatura ou no início de cada período, independentemente do seu recebimento.

Protocolos com Câmaras Municipais

A APAV tem com diversas Câmaras Municipais, Protocolos para financiamento à exploração de Gabinetes de Apoio à Víctima locais. O ano de 2021 foi de consolidação do reforço efetuado no ano de 2019 e 2020 decorrente da contratualização de novos Protocolos, nomeadamente a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Víctimas de Violência Doméstica com os Municípios do Alto Alentejo Oeste, a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Víctimas de Violência Doméstica com os Municípios do Algarve e os Protocolos com as Câmaras Municipais para a criação da equipa móvel de Apoio à Víctima da Lezíria do Tejo, de salientar também os Protocolos com as Câmaras Municipais de Almada, Braga, Oeiras e Cadaval. O rédito é reconhecido como subsídio à exploração na data de assinatura do protocolo ou no início de cada período, independentemente do seu recebimento. Foram ainda reconhecidos durante o período réditos de outros protocolos.

Subsídios / Protocolos	Reconhecido como Subsídio à Exploração 2021	Reconhecido como Subsídio à Exploração 2020
<u>Acordos de cooperação</u>		
CDSS Lisboa - CA Alcipe	255.499,20	246.621,60
CDSS Vía Real - CA Sophia	143.231,88	138.254,64
IDSA - Açores	96.823,90	92.142,73
<u>Protocolo Governo</u>		
PCM - Presidência do Conselho de Ministros	40.000,00	40.000,00
MAI - Ministério Administração Interna	130.000,00	130.000,00
MJ - Ministério da Justiça	50.000,00	50.000,00
MSSS - Ministério da Solid. e Segurança Social	80.000,00	80.000,00
MS - Ministério da Saúde	25.000,00	25.000,00
<u>Protocolo Câmaras</u>		
CM Santarém	23.928,69	23.863,03
CM Póvoa Delgada	25.000,00	27.500,00
CM Odívelas	17.500,00	27.500,00
CM Portimão	9.208,00	4.500,00
CM Cascais	31.158,00	32.658,00
CM Lisboa		33.711,32
CM Paços de Ferreira	20.000,00	20.000,00
CM Oeiras	42.000,00	42.000,00
CM Almada	53.000,00	
CM Braga	10.000,00	
CM Cadaval	6.667,00	
Equipa móvel de Apoio a Víctimas de VD - Lezíria do Tejo	50.000,00	63.750,00
Rede de Apoio a Víctimas de VD - Alto Alentejo Oeste	21.000,00	21.000,00
Rede de Apoio a Víctimas de VD - Algarve	98.500,00	98.500,00
<u>Outros</u>		
Outros Protocolos		50.000,00
Cartas Compromisso / Despachos	360.395,44	423.098,99

NOTA 8| Outras fontes de financiamento

A APAV tem em execução vários projetos, maioritariamente de componente de subsídio à exploração em que reconhece o rédito pelo apuramento anual do valor imputado de despesas associadas a cada um dos projetos, reconhecendo este valor na demonstração de resultados. Nos casos em que existe subsídios ao investimento, este é reconhecido em fundos patrimoniais sendo reconhecido o rédito pelo valor de depreciação anual deste.

Em resumo a atividade de projetos no decorrer do ano de 2021:

Outras fontes de financiamento	Início	Fim	Reconhecido em 2019	Reconhecido em 2020	Reconhecido em 2021	Por reconhecer
Care - POISE	01-jun-17	30-abr-20	206.913	97.973		19.536
Victória	01-set-17	31-ago-19	18.722			3.857
Provicims	01-out-18	30-set-20	49.962	90.202		11.068
ROAR	01-jan-19	31-dez-20	44.670	97.995	61.724	15.732
Previct	01-jun-19	31-mai-21	4.433	10.738		22.005
4NSEEK	01-jan-19	31-dez-20	1.855	11.125		926
Counteract	01-jan-19	31-dez-20	51.962	52.602		56.904
With You	01-dez-19	31-dez-21		45.092	101.302	117.675
Capacitar - POISE	01-ago-18	30-abr-20	24.582			7.396
Care Plus	01-jun-18	01-jul-20	72.539	29.008	41.384	93.527
Emergência Sophia II - POISE	01-set-19	31-dez-21	19.918	56.982	54.261	11.031
GAV Alto Alentejo - POISE	02-dez-19	30-nov-22	942	27.188	40.214	53.722
GAV Braga - POISE	02-dez-19	30-nov-22	1.277	24.013	32.326	33.099
GAV Coimbra - POISE	02-dez-19	30-nov-22	944	24.747	41.692	46.762
GAV Porto II - POISE	02-dez-19	30-nov-22	2.025	27.798	40.163	53.022
GAV Vila Real - POISE	02-dez-19	30-nov-22	1.233	24.479	32.823	57.023
SER Plus	01-mai-19	31-jan-22	22.671	48.268	32.754	19.409
Serzinho Norte - POISE	02-dez-19	30-nov-22		13.497	33.009	63.482
Serzinho Alentejo - POISE	02-dez-19	30-nov-22		4.111	21.124	44.765
Serzinho Centro - POISE	02-dez-19	30-nov-22		10.247	21.841	37.911
Formação de Profissionais de Saúde	16-dez-19	30-nov-21			73.622	37.520
EMAV - Lezíria do Tejo	01-jan-20	31-dez-21		25.324	48.416	8.228
EMAV - Douro	01-jan-20	31-dez-21		25.426	49.483	7.035
SIAD - FSI	31-mai-20	31-dez-22		64.701	77.162	166.158
Genero COVID - FCT	31-jul-20	31-mai-21		2.519	27.722	9.344
Infovicims 3	01-nov-20	31-out-22			123.904	119.136
Care 2	16-mar-20	31-dez-22		65.444	156.765	240.649
FAMI - Capacitar	01-nov-20	31-dez-22		3.248	41.833	65.342
Interne Segura 2	01-jan-21	31-mar-22			45.627	10.548
PSI Plus	01-jul-21	21-dez-22			48.029	157.346
FCG/APAV Capacitar	01-jun-21	31-mai-23			8.251	49.749
Prolect	01-set-20	31-ago-23				20.263
Prémio Caixa Social	01-set-19	31-ago-20	11.667	11.667	11.667	

A APAV conta ainda com outras componentes importantes de financiamento: os donativos, em numerário e em espécie, as decisões de tribunais penalizando os arguidos a penas de multa a favor da APAV, as quotizações e o valor da consignação de IRS e IVA atribuído pelas pessoas singulares na sua declaração (IRS) de rendimentos anual a favor da APAV. O valor reconhecido como ganhos em 2021 desta componente é referente à liquidação de IRS de 2019, sendo que até 31 de dezembro de 2021 não foi recebido o valor referente ao apuramento do IRS de 2020.

Outras fontes de financiamento	2021	2020
Donativos em numerário	377.830,82	284.053,99
Donativos em espécie	29.096,19	7.094,56
Injuções tribunais	177.897,50	123.707,68
Consignação IRS/IVA	160.481,59	100.884,98

NOTA 9 | Caixa e depósitos bancários

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2021	2020
Caixa	25.980,21	19.959,69
Depósitos à ordem	1.789.357,98	1.322.899,03
Outros depósitos bancários	876.450,00	1.342.450,00
TOTAL	2.691.788,19	2.685.308,72

NOTA 10| Rédito

Na rúbrica de prestação de serviços são reconhecidos os valores de receita de quotizações no período, sendo reconhecido pelo valor efetivamente recebido, a rubrica de juros reflete o ganho em aplicações financeiras e é reconhecido o rédito pela especialização do juro calculado a 31 de dezembro de cada período independentemente da data da receita.

Rúbrica	2021	2020
Prestação de serviços	5.206,93	4.000,55
Juros	3.446,76	5.411,13

NOTA 11| Instrumentos financeiros

Na rubrica de “Outros instrumentos financeiros” encontra-se refletido quatro investimentos, sendo a situação à data de 31 de dezembro de 2021 a seguinte:

Instrumentos financeiros	Títulos	Valor cada título	Preço aquisição	Cotação 31/12/2021	Valor a 31/12/2021
Notes DB Rendimento Emp. Globais Set. 2022 II	100.000	100	100.000,00	100,72	100.719,00
Notes DB Investimento 50.50 Abr 2023	100.000	100	50.590,00	48,96	48.960,00
Notes SG Investimento 70:30 Fev 2025	175.000	100	50.590,00	18,18	31.815,00
Notes BC Global ESG L	200.000	100	200.000,00	96,79	193.580,00
AGEAS - Maximus Poupança			100.620,10		100.619,20

A aplicação “Notes DB Rendimento Empresas Globais Set.2022 II”, foi constituída em 30 de novembro de 2015, têm data de maturidade prevista para o dia 22 de setembro de 2022. Este investimento comporta o risco de crédito de o montante de capital a reembolsar poder ser inferior ao capital investido.

A aplicação “Notes DB Investimento 50.50 Abr.2023”, foi constituída em 20 de março de 2019, têm data de maturidade prevista para o dia 29 de março de 2023. Este investimento comporta o risco de crédito de o montante de capital a reembolsar poder ser inferior ao capital investido.

A aplicação “AGEAS – Maximus Poupança” tem um prazo de duração de 8 anos, estando garantido o pagamento do capital constituído. O contrato não tem uma rentabilidade mínima garantida, esta é aferida a 31 de dezembro de cada ano do contrato, sendo apurada, no mínimo por 75 % dos rendimentos líquidos obtidos pela Seguradora no exercício da gestão financeiras destes ativos.

A aplicação “Notes SG Investimento 70.30 fev2025” no montante inicial de 175.000 euros foi constituída em fevereiro de 2020, têm data de maturidade prevista para fevereiro de 2025, a aplicação divide-se em duas componentes, uma com valor nominal fixo de 70 % reembolsada em maio de 2020, na totalidade do capital investido, mais a capitalização de juro deste período, os restantes 30 % serão reembolsados na data da maturidade, na totalidade se o valor final do instrumento subjacente de referência for igual ou superior à barreira de de capital (70% do valor de referência) ou na percentagem de perda no caso de ser inferior. A 31 de dezembro de 2020 o valor de referência era superior ao valor de referência relevante para a barreira de proteção de 100 % do capital investido.

A aplicação “Notes BC Global ESG Leaders”, foi constituída em 11 de novembro de 2021, têm data de maturidade prevista para o dia 25 de novembro de 2024. Este investimento comporta o risco de crédito de o montante de capital a reembolsar poder ser inferior ao capital investido.

A rubrica de “Financiamentos obtidos” refere-se à contratação de duas operações de locações financeiras para aquisição de duas viaturas para apoio ao projeto “Care”. O valor total financiado foi de 29 963 €, e no decorrer do ano de 2021 foi pago 7.582,58 €. As duas viaturas estão contabilizadas nos Ativos Fixos Tangíveis da APAV.

NOTA 12| Benefícios dos empregados

Recursos Humanos	2021	2020
Número médio de trabalhadores	99	88
Trabalhadores do sexo feminino	86	76
Trabalhadores do sexo masculino	13	12
Idade média de trabalhadores	36	36
Gastos com pessoal	1.918.285	1.618.779

Os órgãos diretivos da APAV são constituídos por:

Assembleia geral	3 membros
Direção	7 membros
Conselho fiscal	3 membros

NOTA 13| Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		
Trabalhos especializados	346.195,96	233.697,13
Publicidade e propaganda	44.903,27	24.468,88
Vigilância e segurança	5.315,29	6.738,26
Honorários	466.470,50	450.490,48
Conservação e reparação	31.245,53	52.487,04
Serviços bancários	5.300,65	4.238,02
Outros	2,37	
MATERIAIS		
Ferramentas desgaste rápido	13.551,72	10.161,59
Livros e documentação técnica	1.199,61	5.860,28
Material de escritório	37.161,48	39.287,12
Outros materiais	25.680,42	16.953,29
ENERGIA E FLUÍDOS		
Electricidade	24.738,04	23.842,45
Combustíveis	29.584,03	22.965,10
Água	17.066,44	10.446,17
Outros fluidos	12.330,30	5.858,38
DESLOCAÇÕES ESTADAS E TRANSPORTES		
Deslocações e estadas	29.157,09	41.230,62
SERVIÇOS DIVERSOS		
Rendas e alugueres	63.985,06	60.446,44
Comunicações	85.788,29	73.350,64
Seguros	9.063,47	8.112,71
Contencioso e notariado	2.320,76	1.127,32
Despesas de representação	88,35	1.129,56
Limpeza, higiene e conforto	58.786,30	68.532,93
Outros Serviços	466,96	
TOTAL	1.310.401,89	1.161.424,41

NOTA 14| Estado e outros entes públicos

De acordo com a Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, assegurou de novo às IPSS o direito de restituição de um montante de 50 % do IVA para as operações previstas nas alíneas a) e b) do nº 1 do art. 2º do Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro, nesse sentido a APAV apresenta em saldo devedor de contas de IVA, um montante de 3 789,84 € referente a IVA suportado em 2021 passível de ser restituído pela Autoridade Tributária.

Estado e outros entes públicos	2021	2020
Ativo	5.171,97	10.904,16
Restituição de IVA suportado (50%)	3.789,84	10.904,16
Retenção de impostos sobre rendimento	1.382,13	
Passivo	52.706,88	47.292,26
Retenção de impostos sobre rendimento	17.427,42	13.819,99
Segurança social	34.837,14	33.017,31
Fundos compensação	436,52	436,52
Sindicato	5,80	18,44

NOTA 15| Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2021	2020
Ativo		
Seguros	2.894,98	4.233,44
Passivo		
Rendimentos a reconhecer - Projetos e outros apoios	2.012.831,25	2.918.418,75

O valor dos “Rendimentos a reconhecer” inclui o montante de 1.628.703 relativo a projetos detalhados na Nota 8.

NOTA 16| Partes relacionadas

A APAV tem uma participação de 100% na sociedade “APAV – Soluções & Desenvolvimento, Unipessoal, Lda”, constituída em 2015 com o capital social realizado de 1.000,00€. Em dezembro de 2015, em Assembleia-geral para o efeito, foi deliberado, pela gerência a constituição de prestações suplementares no montante de 1.400,00 €.

Partes relacionadas	2021	2020
APAV - Soluções & Desenvolvimento, Unipessoal Lda		
Participação de capital (100%)	1.000,00	1.000,00
Prestações suplementares	1.400,00	1.400,00
Reservas legais	200,00	200,00
Resultados transitados	-2.792,65	-3.511,81
Resultado exercício	-11.447,28	719,16
Suprimentos	30.130,26	30.244,23

NOTA 17| Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Na data de assinatura do relatório de gestão (17 de fevereiro de 2022) foi aprovada pela Direção autorização para emissão das Demonstrações Financeiras e a sua disponibilização a terceiros.

Certificação Legal de Contas 2021

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APAV – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 5.998.355 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.065.188 euros, incluindo um resultado líquido de 291.250 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **APAV – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de março de 2022

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

**Relatório e
Parecer do Conselho Fiscal
2021**



T. + 351 21 358 79 00 | F. + 351 21 887 63 51 | apav.sede@apav.pt

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores/as Associados/as,

No cumprimento do mandato que V. Exas, nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, durante o ano do 2021, a atividade da APAV – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, examinámos os livros, registos contabilísticos e outra documentação relevante para compreender a atividade desenvolvida, verificámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informações e demais documentação solicitada.

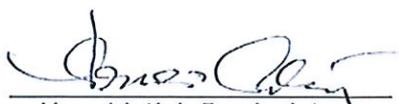
O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, lidos em conjunto com a certificação legal das contas, com a qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão do desempenho económico e da situação financeira da APAV e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adotados merecem a nossa concordância.

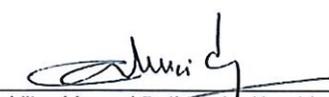
Assim, somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais exprimem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da APAV – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA no termo do período findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção.

Lisboa, 03 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL


Manuel António Ferreira Antunes
(Presidente)


Vitor Manuel Batista de Almeida
(Vogal ROC)


Sofia dos Santos Vasconcelos de Macedo
Vogal